

O plebiscito de 6 de janeiro de 1963 na crise orgânica dos anos sessenta

*Demian Bezerra de Melo**

O propósito desta comunicação é apresentar os resultados de uma pesquisa de mestrado que versou sobre a campanha anti-parlamentarista que culminou no plebiscito de 6 de janeiro de 1963, quando João Goulart conseguiu poderes presidenciais para governar o Brasil.¹ Tal pesquisa se desenvolveu com dois propósitos principais: 1) investigar o processo político brasileiro em um curto período, de setembro de 1961 a janeiro de 1963, período este que recebeu pouca atenção da literatura que se dedicou a entender o golpe de Estado de 1964; 2) polemizar com as interpretações revisionistas sobre o colapso do regime liberal em princípios dos anos sessenta, que tem se especializado em explicar o golpe de Estado responsabilizando a radicalização das esquerdas, e a “falta de apego destas à democracia” então existente, como responsável pela criação de um “consenso negativo” que resultou no golpe.

A crise orgânica dos anos 1960

Com este propósito, utilizamos o conceito de crise orgânica desenvolvido por Antonio Gramsci (2007) em suas notas do cárcere, e retomado por René Armand Dreifuss (1981) em estudo clássico sobre o golpe de 1964, para entender a crise dos anos sessenta. Tal conceito é definido nos seguintes termos por Gramsci:

“Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe.” (GRAMSCI, 2007, p.60)

O que se pressupõe é que os partidos políticos são representações de interesses articulados na sociedade civil, que constituem “sistemas hegemônicos no interior de um sistema hegemônico”, como também definiu o marxista sardo. Mas se o partido é uma representação de classe, por outro lado não contraiu um “matrimônio insolúvel” com a classe que representa. É sempre uma relação que em momentos críticos se consoma com uma ruptura. Mas a elaboração de tal conceito é também uma resposta teórica para o estudo de uma relação importante das sociedades capitalistas contemporâneas: entre as esferas econômica e política, levando-se em conta que uma das especificidades deste modo de produção é a extração

* Doutorando do curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF).

¹ MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. (Dissertação de mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

econômica do sobre-trabalho, em contraste com o ocorrido nas formações sociais pré-capitalista.² A própria relação entre a crise econômica e a crise política não era uma questão bem resolvida por Marx e Engels, que atribuíram à crise do comércio internacional de 1847 a causa das revoluções de 1848. Posteriormente Marx frustrou suas expectativas a esperar que crise econômica de 1857 fosse o anúncio de um novo “dilúvio”, de uma nova revolução (HOBSBAWM, 1982, p.174).

Por outro lado, como discute Alvaro Bianchi (2008), a Revolução Russa de 1917 ofereceu o material histórico através do qual Gramsci elaborou sobre o tema, quando uma crise catastrófica, a guerra mundial, a crise econômica e o colapso de uma série de regimes políticos levou a vaga revolucionária que repercutiu na Itália em fins de 1919. Combinavam-se, assim, crises de ordem distintas. Em suma, tomando a leitura de Daniel Bensaïd sobre a obra marxiana(1999), os *tempos discordantes* da economia e da política se cruzaram. Bianchi observa que, escrevendo no contexto da crise do Estado liberal no pós-I Guerra mundial, Gramsci caracteriza de crise orgânica como o resultado da mudança na correlação de forças entre as classes sociais e do conseqüente deslocamento da base histórica do Estado, decorrente da conformação de novos atores sociais, particularmente a diversidade de organizações operárias, social-democratas e comunistas, e a incapacidade do Estado liberal de incorporá-las. Acontece também a cisão entre as frações das classes dominantes, sem que nenhuma delas tenha a capacidade de resolver a crise de dominação política. A crise é orgânica também pela incapacidade das representações das classes subalternas imporem sua própria solução à crise de hegemonia. Em síntese:

“Colocando de tal maneira o problema, temos que a crise de hegemonia não é definida automaticamente pela crise econômica. A crise econômica, tomada em seu sentido amplo como crise de acumulação resultante da queda tendencial da taxa de lucro, pode ser pressuposta da crise de Estado. Mas ela não a põe, por si própria, a crise de hegemonia. Quando a crise econômica e a crise de hegemonia coincidem no tempo temos o que Gramsci chama de crise orgânica, uma crise que afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social. Para a eclosão da crise orgânica é preciso a coincidência dos tempos dessa crise de

² Sobre o tema, no capítulo XXIV do livro I de *O Capital* (MARX, 1996, p.336-381), Marx diz o seguinte: “Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição e costume, aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo de produção capitalista, em pleno desenvolvimento, quebra toda a resistência; a produção contínua de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital e a coação surda das relações econômicas consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Ainda se empregará a violência direta, à margem das leis econômicas, mas doravante apenas em caráter excepcional. Para a marcha ordinária das coisas, basta deixar o trabalhador entregue às ‘leis naturais da produção’, isto é, à sua dependência do capital, a qual decorre das próprias condições de produção e é assegurada e perpetuada por essas condições.” Ver também o capítulo “A separação entre o ‘econômico’ e o ‘político’ no capitalismo” do livro *Democracia contra capitalismo* de Ellen Wood (WOOD, 2003, p.27-49).

acumulação com o acirramento do choque entre as classes, e no interior delas próprias entre suas frações.” (BIANCHI, 2003, p.36)

A partir desta compreensão do conceito de crise orgânica, consideramos adequada sua utilização por Dreifuss para analisar a situação do Brasil no pré-golpe de 1964. Segundo este:

“Tal crise se tornou orgânica quando os efeitos de mudanças econômico-produtoras que ocorriam com intensidade crescente a partir de meados da década de cinquenta foram traduzidos para a política por duas forças sócio-econômicas fundamentais, os interesses multinacionais e associados e as classes trabalhadoras que passavam por um processo de intensa politização. Essas mudanças levaram a uma confrontação ideológica e política das classes, tornando-se a crise da forma populista de domínio em princípios dos anos sessenta.” (DREIFUSS, 1981, p.144).

A questão é que tal compreensão do processo político brasileiro tem passado por forte revisão, cujo marco inicial é o trabalho de Figueiredo, *Democracia ou reformas?* (1993), que lança mão do individualismo metodológico, teorizado por Adam Przeworski como escolha estratégica (1993), para defender a hipótese de que entre os atores políticos relevantes, da esquerda à direita, formou-se um consenso negativo quanto a possibilidade de resolver o problema das reformas de base dentro do Estado de direito, levando ao golpe de Estado. A partir da publicação deste trabalho, em 1993, foi conformada uma corrente historiográfica revisionista, que tem conquistado cada vez mais espaços na produção acadêmica sobre o golpe, como pôde ser visto nos eventos dedicados ao exame de 1964 quando este completava quarenta anos. Tais análises revisionistas culminaram com a idéia de que o próprio regime político no início dos anos sessenta não se encontrava em crise, como foi defendido por Antônio Lavareda (1991), e seguido por Daniel Aarão Reis (2001) e a própria Argelina Figueiredo (2004) em trabalho posterior.

Em contraste com esta “nova história política”, discutiremos agora nosso objeto empírico, a campanha anti-parlamentarista e o referendo de 1963, como momento histórico em que se manifestaram as determinações da crise orgânica dos anos sessenta.

O processo político brasileiro

A própria eleição de Jânio Quadros para a presidência da República foi um sintoma importante do esgotamento do regime político populista. É preciso lembrar que o mesmo não foi candidato pela UDN, mas apoiado por esta agremiação, tendo concorrido pela pequena legenda do Partido Democrata Cristão (PDC). Assim, a verdade é que o ex-prefeito paulista era um *outsider*, que se colocava acima dos partidos. Ao ser tomado como alternativa para o Executivo federal, demonstravam a disposição das classes dominantes de ir além dos marcos do regime político. Sua polêmica renúncia em 25 de agosto de 1961, foi uma tentativa de

reverter o quadro político em razão de uma forma de bonapartismo civil; buscava voltar nos “braços do povo” (BANDEIRA, 1979, p.19-62).

A saída parlamentarista para a crise política, longe de ter se constituído em uma “vitória das forças democráticas”, como quer Argelina Figueiredo, foi na verdade uma ação de cariz contra-revolucionário: uma forma de evitar que a radicalização política desencadeada pela débil tentativa de golpe dos ministros militares, desafiada pela resistência popular, que a partir do Sul do país viesse a levar a constituição de um governo resultante da mobilização popular. Ao aceitar o parlamentarismo, Jango frustrou os setores mais à esquerda, que logo identificaram no novo sistema um “golpe branco”. De qualquer modo, Goulart, desde sua posse, deixou claro que não aceitaria os limites do novo sistema. O próprio Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo deixava aberta a possibilidade de que, através de um referendo popular, o sistema presidencial pudesse ser restaurado.

Na primeira fase do governo parlamentarista, que compreende o primeiro gabinete chefiado por Tancredo Neves, Goulart e outros líderes políticos como Juscelino Kubitschek, tiveram uma ação no sentido de impedir que o sistema de gabinete fosse institucionalizado. Este último manobrou para que a legislação complementar não fosse aprovada a tempo de impedir que o próprio Tancredo fosse obrigado a renunciar se quisesse participar das eleições gerais de outubro de 1962. Em junho de 1962, Tancredo e todo o seu gabinete se demitiram, abrindo o debate em torno do nome que deveria sucedê-lo. Era uma oportunidade para Goulart indicar um gabinete mais favorável à liquidação do parlamentarismo através de um plebiscito, programado originalmente para acontecer apenas no fim do seu mandato, em 1965. Foi indicado então o titular da pasta das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, que ao defender uma política externa não-alinhada em relação aos EUA no âmbito da OEA, ganhou a simpatia da esquerda – no contexto da afirmação de Cuba como país socialista – e a ira da direita, que o qualificava de “comunista”.

É claro que aquele Congresso que havia instituído o parlamentarismo para, na verdade, reduzir os poderes de Goulart, não aceitaria o nome de San Tiago, rejeitando-o. Por outro lado, o movimento operário/sindical, hegemônico pela aliança entre comunistas e trabalhistas de esquerda havia ficado todo o mês de junho fazendo campanha pelo nome de Dantas. Acreditavam que este seria mais sensível às suas reivindicações, entre elas, a do aumento do salário mínimo e a instituição do 13º. Por sua vez, numa clara manobra para gerar um impasse, Goulart sugeriu o nome de Auro Moura Andrade – um reacionário do PSD paulista que havia ficando contra a sua posse no ano anterior – como aquele que deveria ocupar o cargo deixado por Neves. Era início de julho e o clima já era quente. Setores da

imprensa, como o jornal *O Globo*, e líderes da UDN, como o governador de Minas, Magalhães Pinto, apoiaram a indicação de Andrade para o cargo, todavia a esquerda, enfurecida, prometia resistir até o fim contra tal indicação. O Congresso, no entanto, aprovou o seu nome (223 votos a 47).

Foi então que a classe trabalhadora brasileira saltou ao centro da cena política, realizando uma greve geral em todo o país, no dia 5 de julho. Antes do desencadeamento da greve, o próprio Moura Andrade renunciou, o que levou a que emissário dos governo buscasse brevar o movimento paredista. Entretanto, demonstrando sua grande autonomia em relação ao governo, o Comando Geral de Greve – embrião do futuro Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) – decidiu manter o movimento, que foi bem sucedido, com a exceção da cidade de São Paulo. Foi um grande susto nas classes dominantes, que através da imprensa denunciou o que seriam atos de “barbárie”, acusando Goulart de estar por trás dos eventos. Dante Pelacani, um dos mais destacados trabalhistas da esquerda sindical, declarou que “Nós queremos a volta do presidencialismo e esta greve tem, como o governo reconhece, outras finalidades.”³

Foi então indicado o nome de Brochado da Rocha, um jurista gaúcho ligado ao governador Leonel Brizola, para o cargo de Presidente do Conselho de Ministros. O gabinete de Brochado da Rocha teve como objetivo explícito a reversão ao sistema presidencialista, seguindo fielmente os interesses de João Goulart. Não só deste, pois muitos presidenciáveis às eleições previstas para 1965, como Juscelino Kubitschek, Juracy Magalhães e Magalhães Pinto, queriam se livrar o mais breve possível do incômodo sistema parlamentarista.

A campanha pela antecipação do plebiscito contou com o apoio de setores das Forças Armadas, que nos meses de agosto e setembro deram declarações públicas exigindo do Congresso que marcasse imediatamente sua data. O movimento sindical, agora com mais força com a criação do CGT em agosto deste ano, também pressionava os líderes políticos. À medida que o ano ia passando, com a proximidade das eleições de 7 de outubro, a esquerda buscava vincular o caos administrativo, a inflação e os problemas de abastecimentos nos grandes centros urbanos ao parlamentarismo. O Congresso, no entanto, se mostrava relutante a estas pressões, até que em 14 de setembro, num gesto dramático, Brochado da Rocha renunciou. O CGT convocou nova greve geral, que começou já no dia 14 e se estendeu até o dia 15. Pressionados pelas ruas, os congressistas trabalharam até a madrugada do dia 15 e

³ *Correio da Manhã*, 5 de julho de 1962.

afinal aprovaram a antecipação do plebiscito para o dia 6 de janeiro de 1963, através da Emenda Capanema-Valadares.

A campanha pró-presidencialismo

Para ocupar o cargo de premier Goulart indicou o nome de Hermes Lima, do PSB baiano. O propósito de tal gabinete não era outro senão o de preparar a transição para o sistema presidencialista, já que o parlamentarismo não possuía muitos defensores. O bloco de oposição ao Executivo nacional-reformista no Congresso adotou em primeiro lugar a tática de questionar a legitimidade da Emenda Capanema-Valadares, acreditando poder impedir a realização do referendo de 6 de janeiro. Este setor, liderado pela banda de música da UDN, tendo à frente Herbert Levy (UDN-SP), lançou mão de todos os expedientes para desqualificar a consulta.

Após a reformulação do gabinete em setembro, a cena política esteve tomada pelas eleições gerais de 7 de outubro de 1962. Nestas os eventos mais relevantes foram: os pesados investimentos ilegais feitos pelo IBAD na campanha de seus candidatos, o que provocou, no momento posterior, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as “caixinhas secretas do IBAD”; e a eleição de uma série de candidatos ligados ao bloco nacional-reformista, com destaque para a votação espetacular de Leonel Brizola (243.951 votos) que concorreu pela Guanabara para a Câmara Federal.

Mas o mês de novembro ficou mais conturbado depois que o ministro da Justiça, João Mangabeira (PSB-BA), no dia 6, propôs a idéia de revogação imediata do parlamentarismo, através de um acordo entre as lideranças políticas na Câmara, já que era sabido que o presidencialismo era o franco favorito e o plebiscito demandaria muitos gastos. Após alguns dias, ficou claro que a tese do ministro da Justiça não teria condições políticas de passar. Em primeiro lugar pelo fato do setor mais direitista do Congresso não ter nenhum interesse em facilitar a vida de Goulart; em segundo, pela esquerda que queria associar a campanha anti-parlamentarista a agenda das reformas de base. De qualquer modo, a tese de Mangabeira acabou adiando as ações de Goulart e seus aliados na propaganda pró-presidencialismo. Todavia isso não impediu que, ao mesmo tempo, o governo começasse a montar as estruturas, financeiras e logísticas, da campanha.

Em princípios de novembro, o chefe da Casa Civil da Presidência da República, Hugo de Faria, voltou de uma viagem à França onde foi aprender o *know how* da campanha plebiscitária feita por Charles De Gaulle. Em seguida conseguiu um avião da FAB para articular a campanha em todo o território nacional. Por sua vez, o governador de Minas,

Magalhães Pinto, através de seu sobrinho, o banqueiro José Luis Magalhães que se tornou o grande financiador da campanha, organizou uma frente de governadores udenistas favoráveis ao presidencialismo. A única exceção foi a do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que parte da literatura de forma equivocada insiste em colocar ao lado daqueles interessados na volta do sistema presidencial. Mais do que não participar do esquema pró-presidencialista, descobrimos que Carlos Lacerda, segundo denúncia do jornal *Diário Carioca* em dezembro de 1962, tentou forjar um plano de sabotagem do plebiscito. O governador da Guanabara, a partir de um fato ocorrido em fins de 1962, a prisão de um advogado das Ligas Camponesas, Clodomir dos Santos Moraes, planejava denunciar a existência de um “plano comunista” que visava tomar o poder nos primeiros dias de 1963 e que envolvia grandes autoridades ligadas ao governo Goulart, como o general Osório, comandante do I Exército. Esta nova versão do “plano Cohen” – como foi descrito na época – seria usado como pretexto para que Lacerda desse um golpe de Estado, impedindo a realização do plebiscito.⁴ O vazamento de tal plano e sua divulgação pelo *Diário Carioca* irritou profundamente Lacerda, que prometeu processar o jornalista e proprietário do periódico, Danton Jobim.⁵ É sintomático que em sua mais conhecida biografia, escrita por John Foster Dulles – conhecido brasilianista e agente da CIA – não exista qualquer menção ao fato. Nem mesmo para desqualificá-lo... De qualquer modo, tal fato deve servir para afastar a idéia de que após a aprovação da Emenda Capanema-Valadares o retorno ao sistema presidencial foi um “passeio”.

Na verdade, para garantir a volta ao presidencialismo Goulart e seus aliados tiveram de aparar diversas arestas. Em primeiro lugar, conseguiu que o Tribunal Superior Eleitoral decretasse a obrigatoriedade do comparecimento às urnas, minando com uma das táticas formuladas pela oposição que era a do boicote ao referendo, que impediria seu quorum e esvaziaria-lhe sua legitimidade. Em segundo lugar, conseguiu mobilizar amplos recursos para a campanha, muitos provenientes de setores do empresariado, como a FIESP, que, não obstante, menos de um ano depois estariam envolvidos no movimento golpista que destituiu Jango do poder. Praticamente toda a imprensa, com exceção de alguns veículos regionais, como o *Correio do Povo* de Porto Alegre, divulgaram a campanha pelo NÃO no referendo. Não se trata de qualquer dado, quando se lembra que praticamente toda a imprensa nacional estava em franca oposição a Goulart, a despeito de órgãos como o *Última Hora* e *Diário Carioca*. Até a CNBB entrou na campanha, divulgando uma orientação de comparecimento às urnas em 6 de janeiro como um “dever católico”.

⁴ *Diário Carioca*, 21 de dezembro de 1962.

⁵ *Tribuna da Imprensa*, 22 e 23 de dezembro de 1962.

As posições dos principais aparelhos privados de hegemonia envolvidos com a conspiração golpista é talvez um dos fatos mais curiosos da campanha. O próprio IPES publicou uma cartilha recomendando o NÃO.⁶ A mesma posição foi defendida pelos jornais *O Globo*, *Correio da Manhã* e *Folha de S. Paulo*, todos envolvidos na conspiração golpista. A única exceção foi *O Estado de São Paulo*, que um dia antes do referendo acusou o governo de estar preparando uma grande fraude.⁷

No dia 6 de janeiro de 1963, João Goulart fez um pronunciamento à Nação, onde conclamavam os eleitores a comparecerem ao referendo.⁸ Em seu discurso, mencionava as reformas de base, o Plano Trienal e a crise político-institucional vivida pelo país desde agosto de 1961. O plebiscito era apontado como capaz de resolver tal situação, encerrado um período marcado por crises em várias esferas da vida social.

Toda a máquina de propaganda montada pelos favoráveis ao retorno do presidencialismo, os milhões de cruzeiros – denunciados pelos parlamentares da UDN –, os cartazes, jingles, comícios, artigos de jornal, os apelos e, mais que tudo, a idéia de que o plebiscito significaria a “redenção” de todos os males que afligiam o povo, conseguiu comover a opinião majoritária do corpo eleitoral do país, que deu um “voto de confiança” ao presidente da República, tal como definiu o *Jornal do Brasil*, dois dias depois da consulta.⁹ Prometendo às esquerdas as reformas de base, à burguesia a “ordem e a tranquilidade”, ao povo o “fim da crise social” e aos cristãos um “governo cristão”, Goulart conquistou algo similar ao que seria sua própria e “verdadeira” eleição presidencial. Segundo Moniz Bandeira (2001, p.99), o *The New York Times*, insuspeito de simpatias à esquerda e ao governo brasileiro, qualificou o resultado de um “triunfo pessoal” do presidente.

No dia do referendo, as escaramuças, as conspirações, as sabotagens, os argumentos sobre os “rios de dinheiro”, o “mar de lama” ou coisa parecida, nada conseguiu impedir o comparecimento em massa do eleitorado brasileiro, que por esta época era de 18.565.277, ou seja, 22,18% de uma população de 70.070.457 habitantes, segundo o censo vigente, feito em 1960 (IBGE, 1990, p.35 e 37). Não precisavam ou não podiam votar os analfabetos, os praças de pré, os inválidos, as mulheres que não tinham ocupação fora do lar, as pessoas com direitos políticos cassados ou suspensos, os impedidos de votar por conta de serviços públicos, os doentes que não podiam se locomover, e outros por “motivo de força maior”, desde que

⁶ *Notas em função do 'referendum': parlamentarismo e presidencialismo*. IPES, 1963. Arquivo Nacional (RJ), Fundo Paulo Assis Ribeiro, Caixa 282.

⁷ *O Estado de São Paulo*, 5 de janeiro de 1963.

⁸ A íntegra do discurso está em *Diário de Notícias*, 6 e 7 de janeiro de 1963, capa.

⁹ *Jornal do Brasil*, 8 de janeiro de 1963.

justificados. Os faltosos sem justificativa receberiam multa de cem a mil cruzeiros, sendo impedidos de prestar concurso público, de receber vencimentos a partir de março, não podendo obter carteira de identidade e contrair empréstimos na Caixa Econômica, autarquias ou outros estabelecimentos públicos de crédito, além de outras punições.¹⁰

O resultado apurado foi: 9.457.488 pelo NÃO, enquanto apenas 2.073.582 pelo SIM. O número de votantes foi, portanto, de 11.531.070 e um volume considerável de eleitores se absteve, 7.034.207, perfazendo um índice de 37,88%. Entretanto, tendo em vista que o índice de abstenção na última eleição, de 7 de outubro de 1962, foi de 20%, pode-se afirmar que o resultado foi razoável, afinal os opositores da volta do presidencialismo preferiram empreender qualquer estratégia política exceto o convencimento do corpo eleitoral na manutenção do Ato Adicional. Para o governo o comparecimento superava a marca dos 50% do eleitorado. Por outro lado, se comparado com a votação dada a Jânio Quadros em 1960 – 5.636.623 –, e mesmo à votação de Goulart para o cargo de vice-presidente – 4.547.010 –, a rejeição ao Ato Adicional superava todos esses números.

Com números tão significativos, certamente acima do esperado, tanto pelo governo quanto pela oposição, as teses da “maioria absoluta” tiveram que voltar à gaveta. Após certo rumor de que a “banda de música” da UDN não reconheceria o resultado da consulta popular, o Senado em 15 de janeiro, e finalmente a Câmara federal em 22 de janeiro, concluíram as votações da emenda constitucional que liquidaram com a curta experiência parlamentarista na vida republicana brasileira. E esta parecia não deixar muitas saudades.

Para os partidários de Goulart, começava agora (de fato) o seu governo. Para os conspiradores do complexo IPES/IBAD, as tramas nos bastidores da cena política deveriam ganhar maior vulto, se não quisessem repetir o fracasso de seus planos, tal como havia sucedido em agosto de 1961. Com seu apoio à volta do presidencialismo pareciam querer dar “uma corda” para Goulart “se enforcar”. Enquanto isso, as esquerdas esperavam agora as prometidas reformas de base e o fim da política de conciliação, no que foram frustradas logo que descobriram que o Plano Trienal e o novo ministério presidencialista eram seu novo pesadelo.

¹⁰ *Correio da Manhã*, 4 de janeiro de 1963.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil(1961-1964)*. 7ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed.UNB, 2001.

BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BIANCHI, Alvaro. “Crise, política e economia no pensamento gramsciano.” *Novos Rumos*, nº36, 2002, p.28-37.

_____. *O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In FERREIRA, J. & DELGADO, Lucilia Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas?: alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. (“Introdução” de Adam Przeworski).

_____. “Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável?”. In. *1964-2004: 40 Anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras. 2004.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. L 1, v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita.” In FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. *A democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.